



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

**ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+**

24 de abril de 2018

Ministério do Meio Ambiente

Sala 814 – Edifício Sede – Esplanada dos Ministérios

Presentes:

| Nome | Instituição | Função |
|---------------------------|---|------------------------|
| Jair Schmitt | Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Titular - Presidência |
| Monique Ferreira | Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Suplente - Presidência |
| Elcio Manchineri | Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) | Titular |
| Flávio Tadeu Costa Silva | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) | Suplente |
| Letícia Rangel Tura | Grupo Carta de Belém | Suplente |
| Luiz de Andrade Filho | Ministério das Relações Exteriores (MRE) | Suplente |
| Luz Marilda Maciel | Secretaria de Governo da Presidência da República (SG-PR) | Titular |
| Magaly Medeiros | Instituto de Mudanças Climáticas do Acre (AC) | Titular |
| Maurício Moleiro Philipp | Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso (MT) | Titular |
| Milena Medeiros | Casa Civil da Presidência da República (CC-PR) | Suplente |
| Sidney Filgueira Medeiros | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) | Titular |
| Érico Rocha | Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) / Ministério da Fazenda (MF) | Observador |
| Leandra Fatorelli | Agência de Cooperação Alemã (GIZ) | Observadora |
| Marina Sabade | Patri Políticas Públicas | Observadora |
| Roberta Z. Cantinho | Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) | Observadora |
| Stoney do N. Pinto | Instituto de Mudanças Climáticas do Acre (AC) | Observador |
| Alexandre Avelino | Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Secretaria Executiva |
| Natália Milanezi | Ministério do Meio Ambiente (MMA) | Secretaria Executiva |

Abertura

A quinta reunião ordinária da CONAREDD+ teve início às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezoito.

Monique Ferreira, Coordenadora-Geral de Transparência e Financiamento para Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Presidente Suplente da CONAREDD+, deu as boas-vindas aos membros da Comissão e informou a todos que a reunião estaria sendo gravada para posterior degravação, motivo pelo qual todos deveriam se manifestar ao microfone. Informou a ausência do presidente titular da CONAREDD+, o sr. Jair Schmitt, na parte da manhã, em virtude de agenda junto ao recém empossado ministro Edson Duarte. Também informou a saída de Everton Lucero do cargo de Secretário de Mudança do Clima e Florestas, o qual estaria sendo ocupado interinamente por Adriano Santhiago de Oliveira, Secretário Substituto e Diretor de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima.

Aprovação da pauta e da ata da 4ª Reunião Extraordinária:

Monique Ferreira (MMA) apresentou a agenda da reunião e consultou os membros presentes sobre alguma demanda de inclusão de pauta. Informou que, por uma questão de aprimoramento processual, as atas das reuniões passariam a ser assinadas. Assim, não havendo manifestações contrárias aos documentos apresentados, ambos foram aprovados e a ata da 4ª reunião foi assinada pelos presentes.

Pauta:

| Horário | Tema |
|---------|--|
| 09h00 | Abertura |
| 09h30 | Aprovação da pauta da 5ª Reunião Ordinária e da ata da 4ª Reunião Ordinária |
| 09h45 | Apresentação de informes: - da Secretaria Executiva - dos coordenadores das CCTs |
| 10h30 | Apresentação da minuta de Resolução CONAREDD+ nº 12, que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia referente ao ano de 2016 |
| 12h00 | Almoço |
| 14h00 | Debate e deliberação sobre a minuta de Resolução CONAREDD+ nº 12 |
| 14h30 | Apresentação e debate do Programa REM - AC |
| 15h10 | Apresentação e debate do Programa REM - MT |
| 15h50 | Continuidade das discussões sobre o Programa Piloto de REDD+ do GCF |
| 17h00 | Encaminhamentos e encerramento |

Apresentação de informes pela Secretaria Executiva

Monique Ferreira (MMA) iniciou a sessão de informes apresentando a nova integrante da Secretaria Executiva, Natália Milanezi, que informou a atualização da lista dos representantes da CONAREDD+ por meio da Portaria nº 80, de 26 de março de 2018, tendo sido alterados os representantes titular do MRE, suplente do MCTIC e suplente indicado pela ABEMA. Também informou a publicação das Resoluções nºs 08, 09, 10 e 11 da CONAREDD+ no portal REDD+ Brasil (disponíveis em <http://redd.mma.gov.br/pt/resolucoes-da-conaredd>).

Monique Ferreira (MMA) informou que no início de janeiro foi feita a submissão do FREL C junto à UNFCCC referente aos resultados de 2016 a 2020. A submissão já teria passado por uma rodada de avaliação junto aos especialistas e os questionamentos já estariam sendo respondidos após contribuições feitas pelos integrantes do GTT durante reunião ocorrida em fevereiro. Durante essa mesma reunião teria sido validada a redução de emissões do ano de 2016.

Monique também atualizou os membros da CONAREDD+ das oficinas para construção do SISREDD+, sob a coordenação da CCT-Salvaguardas e o apoio do Programa Políticas sobre Mudança do Clima - PoMuC, em cooperação com a GIZ. O grupo Natureza, Sociedade e Conservação - NSC teria sido contratado para prestar apoio técnico e metodológico nas oficinas, que já teriam ocorrido no Acre e no Mato Grosso.

Por fim, Monique informou sobre o andamento da minuta de decreto que altera o Decreto nº 8.576/2015, que teria se iniciado em 2016 e que, por diversos motivos, somente agora estaria sendo finalizado para ser encaminhado à Casa Civil.

Milena Medeiros (CC/PR) informou sobre a publicação do Decreto nº 9.191/2017, o qual trouxe exigências para a submissão de normas à Casa Civil, o que teria sido um dos motivos para o atraso na tramitação da minuta de decreto.

Apresentação de informes das Câmaras Consultivas Temáticas (CCT)

CCT-Pacto Federativo

Magaly Medeiros (Acre) informou sobre o andamento da CCT-Pact e a proposta que teria surgido na última reunião da Câmara de fazer contribuições ao projeto brasileiro ao GCF, o que demandaria a inclusão de um novo produto no Plano de Trabalho da CCT e uma reunião adicional.

Monique Ferreira (MMA) sugeriu que a discussão pelos membros da CONAREDD+ de demanda de novo produto à CCT-Pact fosse realizada no período da tarde, quando informações sobre o projeto ao GCF seriam apresentadas.

CCT-Salvaguardas

Luiz de Andrade (MRE) trouxe informações sobre a CCT-Salv e seu empenho em conceitualizar as salvaguardas para o contexto brasileiro e desenvolver o SISREDD+. Também falou sobre a participação de delegação brasileira em intercâmbio de experiências sobre sistemas de informações de salvaguardas de REDD+ na Colômbia.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

Apresentação, debate e deliberação da minuta de Resolução CONAREDD+ nº 12, que define a distribuição dos limites de captação de pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia referente ao ano de 2016

Natália Milanezi (MMA) apresentou a minuta de Resolução, explicando os cálculos realizados a partir do resultado de emissões do ano de 2016 e tomando como base a metodologia aprovada pela CONAREDD+ na Resolução nº 6.

Sobre a Resolução CONAREDD+ nº 6, Magaly Medeiros (Acre) reembrou que os valores haviam sido amplamente debatidos até se chegar ao percentual mínimo de 2% para os estados. Segundo ela, essa seria uma medida importante para estimulá-los a implementar seus programas de REDD+.

Em relação aos próximos passos, Monique Ferreira (MMA) ressaltou que as discussões no GTT REDD+ têm sido focadas em como tratar a degradação florestal e também a regeneração, para que seja possível submeter um FREL nacional em 2020 que traga elementos sobre o desmatamento líquido.

A resolução foi aprovada por consenso dos membros presentes.

Apresentação e debate do Programa REM – AC

Magaly Medeiros (Acre) relatou que o Sistema Estadual de Incentivos aos Serviços Ambientais – SISA foi criado em 2010 após ampla consulta pública, por meio de oficinas e reuniões envolvendo o setor privado, a sociedade civil organizada, a academia, os produtores rurais e os povos indígenas. Em 2012, durante a Rio+20, foi assinado contrato com o governo alemão para o desenvolvimento de um piloto do programa REM. A segunda fase do programa, em andamento, é um contrato de EUR 30 milhões e tem uma abordagem de integração das políticas do programa jurisdicional de REDD+ do estado do Acre.

Magaly Medeiros (Acre) passou a palavra para Stoney Pinto, coordenador técnico do REM Acre fase II e chefe do Departamento de Registro de Projetos e Planos de Ação do SISA, para apresentar o Programa REM Acre. Stoney informou que o REM Acre fase II é remunerada a partir do nível de referência nacional e os sistemas de MRV oficiais estabelecidos na ENREDD+. Explicou que, diferentemente da fase I, a fase II conta com dois contratos, um de contribuição financeira com o governo alemão no valor de EUR 10 milhões, e um contrato financeiro de implementação com a Inglaterra no valor de EUR 20 milhões. Os beneficiários são os indígenas, os extrativistas, os produtores familiares e os produtores da pecuária diversificada.

Magaly Medeiros (Acre) complementou que a fase II conta também com a cooperação técnica da GIZ, cuja função seria apoiar a governança, com oficinas e facilitação das reuniões. Também informou que a prestação de contas será feita com base na lei nº 8.666/1993 e que foi estabelecido um gatilho de performance no contrato com o governo alemão para a efetivação dos desembolsos.

Apresentação e debate do Programa REM – MT

Maurício Phillip (Mato Grosso) iniciou a apresentação informando que o Programa REM no MT ainda está em construção, sem nenhum desembolso efetuado até então. A estratégia de repartição de benefícios ainda estaria em construção. Informou que o montante a ser recebido



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

é de EUR 17 milhões do governo alemão por meio do KfW e cerca de GBP 23 milhões do governo do Reino Unido. Informou que 40% dos recursos iriam para o fortalecimento institucional e 60% para o nível local. Seriam quatro anos de pagamentos e cinco anos de implementação do programa.

Maurício Phillip (Mato Grosso) apresentou as linhas gerais de implementação que estão sendo planejadas para o programa. Reagindo à apresentação, Monique Ferreira (MMA) saudou a utilização de recursos provenientes dos resultados de REDD+ no bioma Amazônia em áreas de Cerrado em Mato Grosso.

Jair Schmitt (MMA) reconheceu os esforços do estado do MT na redução do desmatamento, incluindo as iniciativas que retroalimentam o sistema. Ressaltou que o papel da CONAREDD+ não seria o de intervir no projeto, na autonomia do ente federativo na aplicação do recurso, entretanto, a título de reflexão, sugeriu que fosse feita avaliação do que já existe de tecnologia no âmbito do governo federal em termos de monitoramento ambiental por imagem de satélite para não haver redundância de esforços e para o recurso ser otimizado. Também sugeriu que se investisse em soluções de controle para se viabilizar o manejo florestal sustentável. Citou o Sinaflor como uma solução de rastreabilidade de madeira.

Por fim, Jair Schmitt (MMA) propôs ao AC e ao MT que trouxessem atualizações do andamento dos programas, os sucessos e as dificuldades, para estimular e mobilizar outros estados que ambicionem captar recursos.

Continuidade das discussões sobre o Programa Piloto de REDD+ do GCF

Jair Schmitt (MMA) relembrou que o GCF teria lançado um programa piloto de REDD+ disponibilizando USD 500 milhões, com um limite de USD 150 milhões por país, e que a intenção seria apresentar uma proposta única para o Brasil, tendo o recorte da Amazônia por causa dos resultados, conforme discutido na reunião anterior da CONAREDD+. A proposta estaria caminhando para um programa de incentivo a serviços florestais, com direcionamento de parte dos recursos a agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, e seria encaminhada ao GCF por uma entidade acreditada.

Monique Ferreira (MMA) explicou como o processo de seleção da entidade acreditada junto ao GCF havia se dado, considerando aspectos relacionados à capacidade de execução, experiência com o GCF e com o GEF, dentre outros. Treze entidades, nacionais e internacionais, foram prospectadas para participarem do processo de seleção, das quais nove preencheram a documentação necessária. Dessas, as quatro que tiveram maior desempenho foram selecionadas para uma reunião presencial, tendo participado a equipe da Secretaria de Mudança do Clima e Florestas, a equipe do Departamento de Recursos Externos do MMA e o Ministério da Fazenda, na função de autoridade nacional designada. Ao final, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi selecionado.

Jair Schmitt (MMA) reforçou que a intenção seria aplicar os recursos em uma iniciativa de incentivo econômico aos beneficiários e ampliar o programa para outras regiões do país, inclusive utilizando recursos de outras fontes.

Magaly Medeiros (Acre) trouxe o questionamento da CCT-Pact sobre a possibilidade de prover contribuições ao projeto.



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

Jair Schmitt (MMA) esclareceu sobre as datas de submissões ao GCF e como se constituiria a nota conceitual do projeto, que seriam apenas os elementos do Marco de Varsóvia.

Letícia Tura (Grupo Carta de Belém) questionou o fato de nenhuma das entidades selecionadas ser nacional. Também reforçou a necessidade de maior participação da sociedade civil na discussão da proposta e sugeriu a possibilidade de se aproveitar o espaço das CCTs de Pacto e Salvaguardas para construção da proposta brasileira.

Élcio Manchineri (APIB) também incluiu o Comitê Gestor da PNGATI como uma instância de representação dos povos indígenas que poderia ser inserida na discussão.

Jair Schmitt (MMA) ponderou que somente dois estados seriam elegíveis para a captação de recursos, mas que a interlocução teria sido feita com todos os demais estados amazônicos, mesmo que de maneira rápida, a fim de não se perder a oportunidade de captação dos USD 150 milhões. Esclareceu que os beneficiários do programa teriam sua participação viabilizada por meio do PNUD, mas que antes disso a proposta teria que ser entregue, em meados de julho. Sobre as entidades acreditadas, disse que o processo de prospecção teria visado identificar o melhor parceiro para implementar o projeto.

Érico Rocha (MF) esclareceu o processo de acreditação de entidades junto ao GCF, que seria um processo longo e que demandaria um custo financeiro da entidade. A entidade seria responsável pela verificação da implementação das salvaguardas ambientais e sociais. No Brasil, três entidades teriam começado o processo de acreditação - a Caixa, o BNDES e o Funbio.

Luiz de Andrade Filho (MRE) concordou que, por sua capilaridade e experiência no Brasil e por suas capacidades, o PNUD seria uma instituição adequada para esse tipo de programa. Também ponderou que o tempo de elaboração da proposta não seria compatível com os horizontes de funcionamento das CCTs.

A partir das colocações, Luz Marilda (SG) concluiu que não haveria tempo para a CCT-Pact dar contribuições à nota conceitual.

Monique Ferreira (MMA) relembrou que as CCTs foram criadas com mandatos específicos pela CONAERDD+ e que não seria coerente não incluir, além da CCT-Pact, a CCT-Salv no processo. Além disso, esclareceu que a responsabilidade de elaborar a proposta é da entidade acreditada, sob a coordenação do MMA.

Jair Schmitt (MMA) disse que as CCTs são um braço de discussões técnicas da CONAREDD+, mas que caberia à Comissão se concentrar em estabelecer regras e diretrizes, e não analisar projetos. O pleito de participação é justo e seria contemplado em etapas futuras. Jair propôs que fossem feitos informes nas CCTs a respeito do andamento da submissão da proposta.

Magaly Medeiros (Acre) perguntou sobre a possibilidade de aumentar para oito o total de reuniões da Câmara, visto que ainda haveria muitos produtos para serem aprovados.

Sobre o número de reuniões, Monique Ferreira (MMA) disse que o plano de trabalho da CCT indicaria a forma de seu funcionamento, não cabendo à CONAREDD+ opinar. A questão principal seria a disponibilidade de recursos e de tempo dos membros em participar.

Encaminhamentos e encerramento

Jair Schmitt (MMA) agradeceu a participação dos presentes na 5ª reunião ordinária da CONAREDD+ e os seguintes encaminhamentos foram destacados:

- Próxima reunião ordinária: 27 de setembro de 2018 (quinta-feira);
- Publicação da Resolução CONAREDD+ nº 12;
- Publicação dos documentos da reunião na página do REDD+Brasil;
- Sobre a elaboração da proposta ao GCF:
 - Submissão da Nota Conceitual com o consentimento do ponto focal de REDD+ do Brasil;
 - Fazer informes da evolução da proposta de financiamento à CONAREDD+ e CCTs;
 - Garantir a participação social no detalhamento da proposta, considerando os diferentes espaços de governança relacionados à proposta.
- Acompanhamento e apresentação da evolução dos Programas REM dos Estados do MT e do AC.

Reunião encerrada.

Brasília, 24 de abril de 2018.

Jair Schmitt
Ministério do Meio Ambiente - MMA
Presidente

Monique Sacardo Ferreira
Ministério do Meio Ambiente - MMA
Suplente

Luz Marilda de Moraes Maciel
Secretaria-Geral da Presidência da República
– SG/PR
Titular

Flávio Tadeu Costa Silva
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA
Suplente

Élcio Severino da Silva Manchineri
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
Titular

Luiz de Andrade Filho
Ministério das Relações Exteriores - MRE
Suplente

Magaly da Fonseca e Silva Taveira Medeiros
IMC/AC
Titular

Milena Medeiros
Casa Civil – CC/PR
Suplente



COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

Maurício Moleiro Philipp
SEMA/MT
Titular

Letícia Rangel Tura
Grupo Carta de Belém
Suplente

Sidney Filgueira Medeiros
Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA
Titular